

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012122-91.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Usucapião Extraordinária**
 Requerente: **Jae Antonio de Castro e outro**
 Requerido: **Antonio Carlos de Moraes e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1012122-91.2014****VISTOS**

JAE ANTONIO DE CASTRO e LEONÉIA MARCONDES DE CASTRO ajuizaram esta **AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA** em face de **ANTONIO CARLOS DE MORAES E OUTROS**, aduzindo, em síntese, que exerce a posse mansa e pacífica do imóvel descrito a fls. 02 – item 06 há 25 anos. A inicial foi emendada a fls. 84/85 e tal emenda foi recebida pelo despacho de fls. 86.

Com a inicial vieram documentos.

As fls. 114 e 127 foram citados os confrontantes **MARCOS ANDRÉ TRIQUES** e sua esposa **JOSELAINE DE PAULA GUVIDE TRIQUES** e **ALFREDO CARLOS FERNANDES DA CONCEIÇÃO** e sua esposa **SANDRA**

1012122-91.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

HELENA ROSSI CONCEIÇÃO.

Foi expedido edital para a citação dos demais confrontantes (cf. fls. 105/106).

A fls. 132 a Serventia certificou o decurso do prazo sem manifestação dos requeridos citados por edital e confrontantes.

Aos postulados citados por edital foi nomeado curador especial, que contestou a fls. 137 sustentando a nulidade de citação editalícia.

As Fazendas ofereceram suas respostas não se opondo à usucapião (fls. 120, 123/124 e fls. 129/130).

O Ministério Público manifestou desinteresse na atuação deste feito.

A Curadora Especial nomeada a fls. 176 acabou contestando por negativa geral.

A fls. 181 foi certificado pela Serventia a citação de todos os confrontantes, interessados e Fazendas.

Designada audiência de instrução para a comprovação da posse, o ato foi efetivado a fls. 202/205, com a colheita da prova oral.

É O RELATÓRIO.

D E C I D O.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido formulado na petição inicial merece ser deferido já que os requisitos para a aquisição por usucapião extraordinária encontram-se devidamente demonstrados nos autos.

O bem possuído pode ser objeto de usucapião, pois não é de domínio público nem constitui terra devoluta.

A posse dos autores é atual. Segundo as testemunhas ouvidas em juízo eles sempre moraram no imóvel. Ali se estabeleceram antes de 1987. O imóvel lhes serve de residência e nunca souberam de disputa envolvendo o bem.

A certidão de fls. 89/92 indicam a inexistência de procedimentos envolvendo disputa sobre o bem (domínio ou posse).

Por fim, o exercício possessório, de acordo com o que consta dos autos, sempre foi manso, contínuo e ininterrupto.

Posto isso e pelo o que mais dos autos consta, **ACOLHO** a súplica inicial para **declarar**, nos termos do art 1.238 do Código Civil e demais disposições pertinentes do CPC, **o domínio dos autores**, JAE ANTONIO DE CASTRO e LEONÉIA MARCONDES DE CASTRO sobre o imóvel descrito no croqui e memorial encartados aos autos.

Esta sentença servirá de título hábil ao registro.

Não incide imposto de transmissão "inter vivos" (TJSP AC 102.224-1 – Rel Des. Flávio Pinheiro).

Custas ex lege.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário mandado.

PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.

São Carlos, 22 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**